



Tribunal de Contas do Estado de São Paulo

INSTRUÇÃO DO PERÍODO

Processo TC	6751/989/16
Poder	EXECUTIVO
Município	Barra Bonita
Entidade	PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA BONITA
Período	12/2017
Relator	Dr. Robson Marinho
Unidade Fiscalizadora	UR-02 UNIDADE REGIONAL DE BAURU
Responsável	José Luiz Ricci
Cargo	PREFEITO
CPF	015.162.788-60
Período de Gestão	01/01/2017 a 31/12/2020

Em atendimento ao disposto nas Instruções Nº2/08 e na Ordem de Serviço SDG 02/09, temos a informar o seguinte:

ACOMPANHAMENTO DA GESTÃO FISCAL

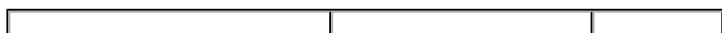
1 - Assunto de Fiscalização: CUMPRIMENTO DAS INSTRUÇÕES DO TCE

1.1 - CI01 - Cumprimento das entregas da documentação exigida pelo TCE

Todos os documentos foram entregues no prazo estabelecido

2 - Assunto de Fiscalização: LRF

2.1 - GF15 - Análise da Receita (Execução Orçamentária)



Previsão acumulada	R\$ 104.045.487,11	
Realização acumulada	R\$ 104.582.226,04	
Variação	R\$ 536.738,93	0,5159%

Da análise do comportamento das receitas, observamos uma situação favorável, em virtude da ocorrência de superávit de arrecadação acima demonstrado.

2.2 - GF16 - Análise da Despesa (Execução Orçamentária)

Receitas Realizadas :	R\$ 104.582.226,04	
Despesas Liquidadas até o Bimestre	R\$ 100.040.675,01	
Resultado da Execução Orçamentária	R\$ 4.541.551,03	4,3426%

Da análise do comportamento das receitas arrecadadas e despesas liquidadas, observamos uma situação favorável, em virtude da ocorrência de superávit demonstrado.

2.3 - GF20 - Análise do Resultado Primário - LOA Atualizada X Meta da LDO

Resultado Primário Previsto na LOA	R\$ -7.571.148,06	
Resultado Primário do Anexo de Metas da LDO	R\$ 0,00	
Diferença	R\$ -7.571.148,06	100,0000%

Diante das alterações orçamentárias, verifica-se que o Resultado Primário Previsto na LOA atualizada foi inferior ao consignado no Anexo de Metas da LDO, demonstrando, portanto, incompatibilidade com a meta estabelecida.

Pelo exposto, caberá à Auditoria observar a ocorrência de eventuais alertas efetuados, sem as devidas medidas de ajustes, consignando a ocorrência em item próprio do relatório das contas anuais.

2.4 - GF22 - RPPS - Previsão X Realização das Receitas Previdenciárias

A análise encontra-se prejudicada uma vez que o Município não possui Regime Próprio de Previdência Social.

2.5 - GF23 - RPPS - Análise das Disponibilidades Financeiras do Regime Previdenciário

A análise encontra-se prejudicada uma vez que o Município não possui Regime Próprio de

2.6 - GF24 - Análise do Resultado Nominal - Resultado Realizado X Meta da LDO

Resultado Nominal Realizado no Exercício	R\$ 2.003.662,59	
Resultado Nominal Previsto no Anexo de Metas	R\$ 0,00	
Diferença	R\$ 2.003.662,59	100,0000%

Diante dos dados acima, verifica-se que o Resultado Nominal apurado no exercício demonstrou uma situação favorável, visto que superou a pretensão estabelecida na meta anual.

2.7 - GF26 - Análise dos Restos a Pagar - Movimentação até o Período

Posição no exercício anterior

Órgão	RP Proces	RP Não Proces
SERVIÇO AUTONOMO DE AGUA E ESGOTO	R\$ 245.428,29	R\$ 118.117,16
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA BONITA	R\$ 12.984.061,06	R\$ 776.324,14

Movimentação no Exercício

Nome Órgão	Inscrições	Pagamentos	Cancelamentos
SERVIÇO AUTONOMO DE AGUA E ESGOTO	R\$ 772.233,37	R\$ 341.654,64	R\$ 21.823,01
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA BONITA	R\$ 11.126.709,79	R\$ 9.587.061,08	R\$ 138.352,40

Posição atual

Nome Órgão	RP Proces	RP Não Proces	Red Esperada
SERVIÇO AUTONOMO DE AGUA E ESGOTO	R\$ 582.432,28	R\$ 189.868,89	R\$ 181.772,87
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA BONITA	R\$ 11.519.164,27	R\$ 3.642.517,24	R\$ 6.880.198,10

Diante das baixas ocorridas até o período em parâmetros que evidenciam uma tendência de redução integral do montante de restos a pagar, observa-se uma situação financeira ajustada, sendo desnecessária, portanto, a emissão de alerta.

2.8 - GF27 - Despesas com Pessoal

Visando a um melhor acompanhamento, demonstramos a seguir as informações apuradas nos três quadrimestres imediatamente anteriores, bem como no quadrimestre ora analisado:

Período	Gastos	RCL	% Gasto	% Permitido Legal
12/2016	R\$ 43.693.719,42	R\$ 94.729.736,68	46,1246%	54,0000%
4/2017	R\$ 43.946.858,06	R\$ 95.780.344,25	45,8830%	54,0000%
8/2017	R\$ 43.908.162,99	R\$ 99.964.493,91	43,9238%	54,0000%
12/2017	R\$ 44.816.041,65	R\$ 101.439.769,65	44,1800%	54,0000%

Diante dos elementos apurados acima, verificamos que a despesa total com pessoal não superou o limite previsto no art. 20, inciso III, da Lei Complementar n.º 101, de 04/05/2000, não sendo necessária a emissão de alerta ao Poder em tela, tendo em vista que o percentual apurado acima não ultrapassou aquele previsto no art. 59, § 1º, inciso II, da Lei supracitada.

2.9 - GF28 - Dívida Consolidada

Período	RCL	DCL	% Dívida
12/2017	R\$ 101.439.769,65	R\$ 2.176.243,74	2,1454%
8/2017	R\$ 99.964.493,91	R\$ -5.171.332,98	-5,1732%

Da análise do percentual apurado no quadrimestre, observamos que o Município encontra-se devidamente ajustado ao limite de 120,00% da RCL, demonstrando o cumprimento do disposto no artigo 3º, inciso II, da Resolução nº 40 do Senado Federal, não sendo necessária a emissão de alerta ao Poder em tela, tendo em vista que o percentual apurado acima não ultrapassou aquele previsto no art. 59, § 1º, inciso III, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

2.10 - GF29 - Análise das Operações de Crédito (exceto ARO)

RCL	R\$ 101.439.769,65	
Operações de Crédito (exceto ARO)	R\$ 0.00	0,0000%
Limite Legal:	R\$ 16.230.363,14	

Da análise do percentual apurado no quadrimestre, observamos que o Município encontra-se devidamente ajustado ao limite de 16,00% da RCL, demonstrando o cumprimento ao disposto no Inciso I, do artigo 7º da Resolução nº 43 do Senado, encontrando-se abaixo do percentual de 90,00% do limite, sendo desnecessária, portanto, a emissão de alerta.

2.11 - GF30 - Análise das Operações de Crédito por Antecipação da Receita Orçamentária (ARO)

Análise prejudicada em virtude da ausência de saldo decorrente de contratação de empréstimo por antecipação da receita orçamentária.

2.12 - GF31 - Análise de Concessão de Garantias

RCL	R\$ 101.439.769,65	
Concessões de Garantias	R\$ 0.00	0,0000%
Limite Legal	R\$ 22.316.749,32	

Da análise do percentual apurado no quadrimestre, observamos que o Município encontra-se devidamente ajustado ao limite de 22,0000% da RCL, demonstrando o cumprimento do disposto no artigo 9º da Resolução nº 43 do Senado, encontrando-se abaixo do percentual de 90,00% do limite, sendo desnecessária, portanto, a emissão de alerta.

2.13 - GF32 - Análise da Aplicação de Recursos decorrentes da Alienação de Ativos

Nome do Órgão	Saldo Anterior	Receitas de Alienação	Aplicações Efetuadas	Saldo a Aplicar
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA BONITA	R\$ 0.00	R\$ 115.650,00	R\$ 90.000,00	R\$ -19.350,00

De acordo com o quadro acima, verifica-se que as receitas derivadas de alienações de bens e direitos que integram o patrimônio público foram aplicadas na sua totalidade durante o exercício, cabendo à auditoria confirmar in loco os valores e a sua destinação, nos termos do artigo 44 da Lei Complementar 101/00 e, se o caso, o atendimento às regras da Lei Federal 8.666/93, apontando eventuais irregularidades nos itens próprios do relatório das contas anuais.

2.14 - GF38 - Operações de Crédito X Despesas de Capital (regra de Ouro)

Análise deste item encontra-se prejudicada, em vista da não realização de Operações de Crédito, cabendo à auditoria a sua confirmação loco, apontando eventuais irregularidades no relatório das contas anuais.

2.15 - GF52 - Dívida de Curto Prazo

Nomenclatura	Saldo Período Anterior	Movimento do Período		Saldo Para o Período Seguinte
		Inscrição	Baixa	
<u>Restos a Pagar Processados</u>	R\$ 12.984.061,06	R\$ 7.917.130,19	R\$ 9.382.026,98	R\$ 11.519.164,27
<u>Restos a Pagar Não Processados</u>	R\$ 776.324,14	R\$ 3.209.579,60	R\$ 343.386,50	R\$ 3.642.517,24
Consignações	R\$ 208.347,82	R\$ 5.406.676,28	R\$ 4.934.933,02	R\$ 680.091,08
Depósitos	R\$ 0,00	R\$ 98.007,21	R\$ 40.885,75	R\$ 57.121,46
Outros	R\$ 0,00	R\$ 81.356.103,60	R\$ 80.612.594,24	R\$ 743.509,36
Total	R\$ 13.968.733,02	R\$ 97.987.496,88	R\$ 95.313.826,49	R\$ 16.642.403,41

3 - Assunto de Fiscalização: ENSINO

3.1 - AE02 - Planejamento Atualizado de Aplicação em Ensino

Receita Prevista Atualizada	R\$ 72.752.990,17
Despesa Fixada Atualizada	R\$ 21.992.282,25
Índice Apurado	30,2287%

Após as alterações orçamentárias, realizadas até o período, foram mantidas dotações suficientes para atendimento da aplicação do percentual mínimo de 25,0000% na manutenção e desenvolvimento do ensino, exigido no art. 212 da CF.

3.2 - AE03 - Aplicação de Recursos Próprios em Ensino com base na Despesa Liquidada

Receita	R\$ 72.912.971,81	
Despesa Empenhada	R\$ 20.912.970,14	28,6821%
Despesa Liquidada	R\$ 20.527.905,34	28,1540%
Despesa Paga	R\$ 18.760.161,83	25,7295%

Com base na Despesa Liquidada, o Município apresenta percentual de aplicação favorável ao atendimento do disposto no art. 212 da CF.

3.3 - AE04 - Aplicação de Recursos Próprios em Ensino com base na Despesa Empenhada

Receita	R\$ 72.912.971,81	
Despesa Empenhada	R\$ 20.912.970,14	28,6821%
Despesa Liquidada	R\$ 20.527.905,34	28,1540%
Despesa Paga	R\$ 18.760.161,83	25,7295%

Com base na Despesa Empenhada, o Município atendeu ao disposto no art. 212 da CF.

3.4 - AE05 - Aplicação de Recursos do FUNDEB

Saldo Anterior	Receita	Despesa Empenhada	
		R\$	%
R\$ -5.075.121,64	R\$ 10.408.186,16	R\$ 10.273.249,89	98,7036%

Com base na Despesa Empenhada, verifica-se que o Município atendeu ao §2º do art. 21 da Lei 11.494/07.

3.5 - AE06 - Aplicação de Recursos do FUNDEB na remuneração do Magistério

Saldo Anterior	Receita	Despesa Empenhada Magistério	
		R\$	%
R\$ -5.075.121,64	R\$ 10.408.186,16	R\$ 7.119.518,26	68,4031%

Com base na Despesa Empenhada, verifica-se que o Município atendeu ao art. 22 da Lei 11.494/07.

3.6 - AE07 - Aplicação dos Recursos do FUNDEF de Exercícios Anteriores

Saldo Anterior	Aplic. Financ.	Desp Empenhada	Saldo Atual
R\$ 0.00	R\$ 0.00	R\$ 0,00	R\$ 0.00

Com base na Despesa Empenhada, verifica-se que o Município aplicou o saldo remanescente do FUNDEF recebido em exercícios anteriores.

3.7 - AE08 - Repasses Decendiais (Estimado)

25% dos Impostos - Retenções ao Fundeb	Repasses até o Período	
	R\$	%
R\$ 7.174.261,31	R\$ 0.00	0,0000%

Verifica-se que o Município, até o presente trimestre, efetuou repasses às contas vinculadas em valores que não indicam o atendimento ao disposto no art. 69, §5º da Lei Federal 9.394/96.

4 - Assunto de Fiscalização: SAÚDE

4.1 - AS02 - Planejamento Atualizado de Aplicação em Saúde

Receita Prevista Atualizada	R\$ 71.853.534,50
Despesa Fixada Atualizada	R\$ 20.016.445,05
Índice Apurado	27,8573%

Após as alterações orçamentárias, realizadas até o período, foram mantidas dotações suficientes para atendimento da aplicação do percentual mínimo de 15,0000% nas ações e serviços de saúde, exigido no art. 77, inc. III e §4º, do ADCT da CF.

4.2 - AS03 - Aplicação de Recursos Próprios em Saúde com base na Despesa Liquidada

Receita	R\$ 72.013.516,14	
Despesa Empenhada	R\$ 19.763.951,23	27,4448%
Despesa Liquidada	R\$ 19.179.532,20	26,6332%
Despesa Paga	R\$ 17.420.271,54	24,1903%

Com base na Despesa Liquidada, o Município apresenta percentual de aplicação favorável ao atendimento do disposto no art. 77, inc. III e §4º, do ADCT da CF.

4.3 - AS04 - Aplicação de Recursos Próprios em Saúde com base na Despesa Empenhada

Receita	R\$ 72.013.516,14	
Despesa Empenhada	R\$ 19.763.951,23	27,4448%
Despesa Liquidada	R\$ 19.179.532,20	26,6332%
Despesa Paga	R\$ 17.420.271,54	24,1903%

Com base na Despesa Empenhada, o Município atendeu ao disposto no art. 77, inc. III e §4º, do ADCT da CF.

5 - Assunto de Fiscalização: ANALISE OCP

5.1 - ANALISE OCP

Diante dos elementos apurados, verifica-se que o Órgão observou a estrita ordem cronológica das datas de suas exigibilidades.

6 - Assunto de Fiscalização: BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - QUADRIMESTRAL

6.1 - ANÁLISE DO RESULTADO ORÇAMENTÁRIO (DADOS ISOLADOS DA PM)

Receitas	Previsão	Realização	AH%	AV%
Receitas Correntes	R\$ 99.128.369,06	R\$ 100.104.923,10	0,99%	108,77%
Receitas de Capital	R\$ 3.811.118,05	R\$ 3.811.118,05	0,00%	4,14%
Deduções da Receita	R\$ -10.894.000,00	R\$ -11.884.868,28	9,10%	-12,91%
Receitas Intraorçamentárias	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%	0,00%
Subtotal das Receitas Orçam.	R\$ 92.045.487,11	R\$ 92.031.172,87	-0,02%	100,00%
Outros Ajustes		R\$ 0,00		0,00%
Total das Receitas Orçam.	R\$ 92.045.487,11	R\$ 92.031.172,87		100,00%
		R\$ -14.314,24		-0,02%

Despesas	Fixação Final	Execução	AH%	AV%
Despesas Correntes	R\$ 88.501.854,96	R\$ 85.059.721,90	3,89%	93,38%
Despesas de Capital	R\$ 6.112.388,40	R\$ 3.560.568,05	41,75%	3,91%
Reserva de Contingência	R\$ 0,00			
Despesas Intraorçamentárias	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%	0,00%
Repasses de duodécimos				

	R\$ 3.500.000,00	R\$ 3.500.000,00	0,00%	3,84%
(-) Devolução de duodécimos		R\$ 1.026.241,86		1,13%
Transf. Financeira À Adm. Indireta	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%	0,00%
Subtotal das Despesas	R\$ 98.114.243,36	R\$ 91.094.048,09	7,16%	100,00%
Outros Ajustes		R\$ 0,00		0,00%
Total das Despesas	R\$ 98.114.243,36	R\$ 91.094.048,09		100,00%
Economia Orçamentária			R\$ 7.020.195,27	7,71%
Resultado da Execução Orçamentária			R\$ 937.124,78	1,02%

O Resultado Geral da Execução Orçamentária, apurado com base nos dados enviados pela origem, demonstra que o órgão obteve um superávit no período, correspondendo a 1,02% da receita realizada.

6.2 - ANÁLISE DO RESULTADO ORÇAMENTÁRIO (DADOS ISOLADOS DA PM) - LIQUIDAÇÃO

Receitas Realizadas	R\$ 103.916.041,15
Deduções da Receita	R\$ 11.884.868,28
Despesas Liquidadas	R\$ 85.410.710,35
Repasse de Duodécimos	R\$ 3.500.000,00

Devolução de Duodécimos	R\$ 0,00
Transferências Financeiras para Adm Indireta	R\$ 0,00
Resultado da Execução Orçamentária	R\$ 3.120.462,52

O Resultado da Execução Orçamentária foi apurado com base nos empenhos liquidados.

Os valores que não se referem ao período examinado são extraídos dos relatórios de Instrução Anteriores.

Data da Geração: 07/04/2018
Hora da Geração: 03:39:14